

[...] Continuação				
Descrição	2020		2021	
	Saldo Líquido	Aquisição	Depreciação	Saldo Líquido
Edificações Hospitalares	905.054	-	(72.277)	832.777
Terrenos	644.997	-	-	644.997
Benfeitorias em Imóveis	1.262.936	-	(63.483)	1.199.453
Obras / Reformas em Andamento	83.898	-	-	83.898
Total	4.348.765	434.184	(509.151)	4.273.798
Descrição	Taxas Anuais de Depreciação		2022	2021
Bens de Uso				
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	10%	7.113.373	6.552.765	
Móveis e Utensílios	10%	1.038.258	1.001.745	
Máquinas e Equipamentos	10%	1.885.434	1.814.478	
Veículos	20%	208.166	208.166	
Instalações	10%	96.552	96.552	
Equipamentos de Informática	20%	481.719	441.336	
Edificações Hospitalares	4%	1.806.933	1.806.933	
Terrenos	-	644.997	644.997	
Benfeitorias em Imóveis	4%	1.587.069	1.587.069	
Subtotal (a)		14.862.501	14.154.041	
Obras / Reformas em Andamento	-	139.477	83.897	
Subtotal (b)		139.477	83.897	
(-) Depreciação Acumulada		(10.442.766)	(9.964.140)	
Subtotal (c)		(10.442.766)	(9.964.140)	
Total Imobilizado (a+b+c)		4.559.212	4.273.798	
11. Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06				
Ativo	2021		2022	
Objeto do contrato	Direito de uso	Adições realizadas	Despesas realizadas	Direito de uso
Locações de Equipamentos	177.048	568.769	(271.813)	474.004
Total	177.048	568.769	(271.813)	474.004
Passivo	2021		2022	
Passivo Circulante	2021	2022	2021	2022
261.527	102.603	250.821	60.060	512.348
162.663				162.663
* Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento ao NBC TG 06 (R3), conforme nota 2.d.				
12. Intangível: Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme NBC TG 04 (R4), sendo que foram totalmente amortizados.				
Descrição	2022		2021	
Software		48.738		48.738
(-) Amortização acumulada	20%	(48.738)		(48.738)
Total		-		-
13. Obrigações Trabalhistas e Sociais:				
Descrição	2022		2021	
Salários a Pagar		5.065.769		4.275.635
Pensão Alimentícia		39.353		33.458
Rescisões a Pagar		15.112		25.840
INSS a Recolher		424.579		393.563
FGTS a Pagar		884.895		766.603
Contribuição Confederativa		-		1.745
Total		6.429.708		5.496.844
14. Férias e Encargos				
Descrição	2022		2021	
Férias		11.313.030		10.601.113
Encargos sobre Provisões		905.042		848.089
Total		12.218.072		11.449.202
15. Obrigações Tributárias:				
Descrição	2022		2021	
IRRF sobre Salários		2.224.411		1.778.184
IRRF sobre Terceiros		28.723		19.238
IRRF sobre Autônomos		35.035		21.653
CSRF sobre Terceiros		76.370		54.057
ISS sobre Terceiros		1.469		471
INSS sobre Terceiros		1.128		461
INSS sobre Autônomos		17.688		29.226
Total		2.384.824		1.903.290
16. Verbas de Subvenções: Referem-se a recursos recebidos e aplicados do Contrato de Gestão como segue:				
Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Valor residual
1.271.019	158.043.091	679.906	(159.052.224)	941.792
"Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido" (Item 12, NBC TG 07 R2). Valores Recebidos: Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. Rendimentos financeiros: Trata-se de rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SES/SP, para realização das atividades do Contrato de Gestão. Consumo: Demonstra os gastos que foram empregados na Organização Social de Saúde ao longo do exercício social. Em 2022 o Hospital recebeu o total de verba que segue abaixo:				

Verba de Custeio	2022		2021
	2022	2021	
Contrato de Gestão nº SES-PRC-2021/32592	157.664.433		
Termo aditivo n.º 01/2022	100.000		
Subtotal	157.764.433		
Termo aditivo n.º 02/2022	(21.342)		
Subtotal Redução Verba	(21.342)		
Total (a)	157.743.091		
Verba de Investimento	2022		2021
2022	2022	2021	
Termo aditivo n.º 03/2022 - Emenda Parlamentar	300.000		
Total (b)	300.000		
Total dos Valores Recebidos (a+b)	158.043.091		
Em 2022 para fazer frente as suas despesas e executar suas atividades, foi previsto um total de verba de custeio no valor de R\$ 157.764.433. Desse montante, está contemplado o TA nº 02/2022 de 19/08/2022, que reduziu em R\$ 21.342 os recursos financeiros de custeio da parcela de setembro de 2022, por ressarcimento do kit intubação adquiridos de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para utilização no Hospital Geral de Itaquaquecetuba. O Termo Aditivo nº 01/2022, trata-se de Incremento de Média e Alta Complexidade (MAC) referente a portaria 731 de 05/04/2022, Proposta 36000.4279092/02-22 no valor de R\$ 100.000. O Termo Aditivo nº 03/2022, trata-se de repasse de recursos financeiros de investimento estabelecido de Emenda Parlamentar. 17. Provisão para Contingências: Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados internos e advogados externos que assessoram a instituição. Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações findo o exercício de 2022. Os montantes estão assim representados:			
Descrição	2022		2021
Processos trabalhistas	3.850.872		3.652.718
Processos cíveis	883.861		675.413
Processos tributários	411.279		381.392
Total	5.146.012		4.709.523
Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam divulgados em nota explicativa, apresentam os seguintes montantes em 31/12/2022: R\$ 6.433.316 (Cível), R\$ 1.247.269 (Trabalhista) e R\$ 6.718 (Tributário). 18. Patrimônio Líquido: Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênera, dotada de personalidade jurídica preferencialmente constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina, e em não havendo, será destinado para uma instituição pública. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução dos serviços de saúde, os recursos financeiros destinados à Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba são providos em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. O saldo do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) do exercício de 2022 é de (R\$ 31.412.315) e Déficit de (R\$ 2.519.689), e em 2021 o Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) era de (R\$ 31.117.464) e Déficit de (R\$ 1.364.460). 19. Verbas Públicas: As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2.i, conforme abaixo:			
Receitas realizadas de Recursos do Contrato de Gestão	2022		2021
Verbas Públicas - Custeio	158.240.474		139.711.233
Verbas Públicas - Investimento	47.258		4.985
Total Receitas Realizadas	158.287.732		139.716.218
20. Doações: As seguintes doações foram recebidas durante o exercício:			
Descrição	2022		2021
Doações de Materiais e Medicamentos	123.894		182.748
Total	123.894		182.748
21. Pessoal e Encargos			
Descrição	2022		2021
Pessoal Próprio	(94.526.441)		(84.434.040)
Benefícios	(5.372.997)		(4.803.324)
Encargos	(7.795.915)		(6.708.437)
Total	(107.695.353)		(95.945.801)
22. Medicamentos e Materiais			
Descrição	2022		2021
Medicamentos	(6.911.914)		(6.910.045)
Materiais de Consumo	(15.406.564)		(14.259.134)
Total	(22.318.478)		(21.169.179)

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-Hospital Geral de Itaquaquecetuba - Itaquaquecetuba - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 31.412.315, quando o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 26.972.521 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba é provido, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá do sucesso do plano de continuidade e/ou de aportes de seu controlador. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adi-

cionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 03. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.

São Paulo, 20 de janeiro de 2023.

COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/S
CRC-2SP15753/O-0
JOSÉ LUIZ DE FARIA - Contador
CRC-1SP116868/O-8 | Registro CN n.º 7.021

Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais
celina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba, encerrado em 31/12/2022, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinós & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros presentes, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 15 de março de 2023. Irmã Giuseppina Raineri. Irmã Carla Rosimeire Felix.